

COMPETÊNCIA DIGITAL EM PESSOAS COM BAIXA ESCOLARIDADE

DIGITAL COMPETENCE IN PEOPLE WITH LOW EDUCATION

COMPETENCIA DIGITAL EN PERSONAS CON BAJA EDUCACIÓN

Natália da Rocha da Silva – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) –
ntaliarochoa@gmail.com

Maria Teresa Miceli Kerbauy – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) -
teresa.kerbauy@gmail.com

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A crescente quantidade de informações e formatos disponíveis no mundo digital requer maior criticidade. Portanto, é necessário entender melhor as práticas digitais de grupos vulneráveis para desenvolver intervenções educativas que diminuam a exclusão digital e melhorem as oportunidades de vida. A metodologia envolve uma revisão de literatura sobre o tema e a análise de dados da TIC Domicílios, focando nas habilidades digitais e no uso da internet entre pessoas com baixa escolaridade. Os resultados indicam que a falta de escolaridade está fortemente relacionada com a exclusão digital.

Palavras-Chave: Competência digital. Exclusão digital. Baixa escolaridade.

Abstract: The growing amount of information and formats available in the digital world requires greater criticality. Therefore, it is necessary to better understand the digital practices of vulnerable groups to develop educational interventions that reduce digital exclusion and improve life opportunities. The methodology involves a literature review on the topic and analysis of data from ICT Domicílios, focusing on digital skills and internet use among people with low education. The results indicate that the lack of education is strongly related to digital exclusion.

Keywords: Digital Competence. Digital Divide. Low Education.

Resumen: La creciente cantidad de información y formatos disponibles en el mundo digital requiere una mayor criticidad. Por lo tanto, es necesario comprender mejor las prácticas digitales de los grupos vulnerables para desarrollar intervenciones educativas que reduzcan la exclusión digital y mejoren las oportunidades de vida. La metodología implica una revisión de la literatura sobre el tema y el análisis de datos de TIC Domicílios, centrándose en las habilidades digitales y el uso de Internet entre personas con bajo nivel educativo. Los resultados indican que la falta de educación está fuertemente relacionada con la exclusión digital.

Palabras clave: Competencia digital. Exclusión digital. Baja educación.

1 INTRODUÇÃO

O crescente debate sobre o uso de novas tecnologias reflete a preocupação de pesquisadores e da sociedade sobre o tema. Além das questões relacionadas à conexão com recursos digitais recentes, é crucial considerar a persistente falta de acesso e, especialmente, a carência de conhecimento sobre o uso adequado dessas ferramentas e serviços.

Para que um indivíduo se integre plenamente na sociedade contemporânea, que é marcada pela construção e uso intensivo do conhecimento, é fundamental desenvolver um conjunto de competências essenciais. Essas habilidades são necessárias para compreender, analisar e refletir sobre a complexa realidade das novas tecnologias.

A exclusão digital, a partir do momento em que começou a ser estudada, continua a evoluir ao longo do tempo. Na década de 1990, com a popularização dos computadores, os estudos sobre essa temática se concentravam na diferença entre quem possui acesso a computadores e a internet e aqueles que não.

Conforme as mudanças tecnológicas e sociais foram acontecendo, o termo passou a ser considerado uma questão política e social, e necessitava de uma visão mais ampla para que o fenômeno fosse mais bem explicado. Hoje, além do acesso, fatores como saber usar, qualidade e frequência de uso, são indicadores utilizados para medir as diversas formas de exclusão no mundo digital.

Para combater esse tipo de exclusão, que atinge principalmente os grupos sociais que já se encontram em situação de vulnerabilidade, é fundamental trabalhar em práticas educativas que visem desenvolver as habilidades digitais em diferentes contextos. Para entender as realidades distintas é necessário também pesquisar suas especificidades.

Neste trabalho, o conjunto de habilidades digitais é descrito por meio do termo “Competência Digital”. A competência digital envolve o uso confiante e crítico das tecnologias digitais de informação e comunicação, para o emprego, a aprendizagem, o autodesenvolvimento e a participação na sociedade (Ala-Mutka; Punie e Redecker, 2008).

Segundo os autores, os conhecimentos para os usuários da internet estão relacionados com: privacidade e segurança; o uso ético e legal e atitude crítica na criação de conteúdo. A pesquisa brasileira TIC Domicílios, conduzida em 2023, mede algumas habilidades digitais e os dados apontam que as pessoas com os níveis mais baixos de escolaridade são as que possuem menos habilidades.

A partir desse contexto e com o objetivo de contribuir para diminuir as lacunas causadas pelas desigualdades sociais, conduzimos a pesquisa que busca analisar a competência digital e as demandas das pessoas com baixa escolaridade.

2 COMPETÊNCIA DIGITAL E A EXCLUSÃO DIGITAL.

Competência Digital (*Digital Competence*) aparece pela primeira vez em artigos relacionados a assuntos políticos e governamentais e mais tarde passou a ser utilizado em publicações de investigações relacionadas à área da educação. Foi introduzido pela União Europeia em 2006 em forma de uma recomendação do Parlamento Europeu sobre competências chave para o aprendizado ao longo da vida.

Analisando a literatura existente até o momento, optou-se pela escolha do termo competência digital e não letramento digital por entendermos que o primeiro engloba mais elementos e tem como fator decisivo a autonomia do indivíduo diante das situações. O letramento digital se apresenta como componente da competência digital, que abrange um conjunto mais amplo de habilidades e atitudes necessárias para navegar e atuar efetivamente na era digital.

Silva e Behar (2019), ao traçarem o histórico do uso do termo Competência Digital se apoiam nessa ideia, acreditando que as mudanças em relação aos conceitos estão ligadas ao desenvolvimento tecnológico. As autoras acreditam que competência digital “vai além dos letramentos, já que se trata de um conceito complexo que envolve um conjunto de elementos”. (Silva, Behar, 2019)

Para Perin, Freitas e Coelho (2023) ser digitalmente competente é mais do que ter habilidades técnicas e saber usar ferramentas específicas e inclui questões cognitivas e socioemocionais de aprendizagem, o que é reafirmado por Jansen et al. (2013, apud Fallon 2020), argumentando que o uso sensível e saudável das tecnologias requer um conhecimento particular e atitudes que vão ao encontro do saber usar a tecnologia enquanto se entende o impacto dela, tanto de forma individual quanto coletiva.

A definição presente em Barik (2023), caracteriza exclusão digital como a lacuna entre quem se beneficia da era digital e quem não é beneficiado por ela. A justificativa em aprofundar os estudos em exclusão digital se dá por que hoje, em um mundo digital, “quem tem habilidade e conhecimento para utilizar tecnologias, acaba por ter privilégios sobre quem

não o tem, acentuando assimetrias entre diferentes grupos populacionais”. (Moura, et.al. 2021).

A exclusão digital possui três níveis, que são explicados por Dijk (2012) e Duersen e Helsper (2015). O primeiro nível diz respeito à parte mais básica, que é o acesso físico, e está ligado aos materiais e infraestrutura. Nesse nível, para que a exclusão seja combatida, trabalha-se com a redução de preço dos aparelhos e a disponibilização de mais espaços que contem com internet de qualidade, principalmente em regiões estratégicas.

Já o segundo nível se refere às habilidades e competências digitais necessárias para o uso dos dispositivos e da internet. Uma vez que se conquista o acesso, é preciso saber fazer uso do que se tem disponível e nesse caso essa exclusão é combatida através de programas educacionais e de treinamento para que as pessoas se tornem autônomas e capazes de usufruir das possibilidades que o mundo digital oferece.

O terceiro e último nível diz respeito a qualidade do uso e engloba frequência, diversidade e como esse uso pode trazer benefícios próprios, além do impacto que tem no mundo offline. Questões como tipo de dispositivo de acesso e motivação também estão relacionadas a esse nível e as estratégias de redução dessa lacuna. Envolvem ainda desenvolvimento de programas voltados a essa temática e a necessidade de levar em consideração os aspectos sociais que contribuem para que essa forma de exclusão exista.

3 METODOLOGIA

No Brasil, segundo a Lei n. 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a educação formal é dividida em dois níveis. A educação básica, que engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e a educação superior, que compreende os cursos técnicos superiores, graduação e pós-graduação.

Considerando o esperado de que a educação infantil abranja a faixa etária de 0 a 6 anos, o ensino fundamental de 7 a 14 anos e o ensino médio de 15 a 17 anos, para a realização deste trabalho, definimos pessoas com baixa escolaridade como o adulto que não completou o ensino fundamental de 9 anos.

A pesquisa se constituiu através de uma revisão de literatura narrativa que investigou as implicações do termo competência digital e a relação entre escolaridade e exclusão digital. Tendo como foco os níveis dois e três da exclusão digital, foi feita também uma análise

preliminar dos dados disponíveis na pesquisa TIC Domicílios do ano de 2023. Foram avaliados os indicadores que tratam das habilidades digitais dos indivíduos, dos usos e dispositivos de acesso com o recorte por grau de escolaridade.

4 RESULTADOS

A importância de entender de que forma é trabalhada a consciência crítica sobre o uso das facilidades digitais nessa realidade é apresentada nos resultados da TIC Domicílios, pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, que é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), órgão vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Com os dados resultantes da pesquisa realizada em 2023, é possível perceber a disparidade entre quem possui mais níveis de escolaridade em relação a quem teve poucas oportunidades de estudo formal. Atualmente, 84% da população brasileira possui acesso à internet. Entretanto, ao analisar os dados por categorias, a maior discrepância é observada no nível de escolaridade. Pessoas analfabetas e as que completaram apenas a educação infantil têm 32% de acesso à internet contra 97% de quem possui ensino superior.

Em números totais, são 29,4 milhões de pessoas que ainda não possuem acesso à internet, sendo que 23,5 milhões são pessoas que têm até o ensino fundamental. Outro dado importante é que 91% das pessoas com menor nível de escolaridade possuem acesso apenas pelo celular, enquanto esse número fica em 20% quando se trata de quem tem ensino superior. O acesso à internet feito exclusivamente por celular impacta no desenvolvimento de habilidades digitais, o que também é comprovado pela pesquisa.

Os indivíduos que possuem o menor grau de instrução são também os que menos apresentam habilidades digitais, mesmo em comparação com outros grupos vulneráveis como pessoas de baixa renda, mulheres e a população rural.

Os resultados da pesquisa TIC Domicílios refletem a realidade encontrada também em outros países. Na revisão de literatura feita por Lythreatis, Singh e El-Kassar (2022), foram encontrados quinze trabalhos que relacionam principalmente o fator educação, que faz parte da subcategoria socioeconômica, à exclusão digital, o que a tornou a variável mais citada dentre as categorias levantadas pelos pesquisadores.

Deursen e Dijk (2015) ao realizarem uma pesquisa com a população holandesa

concluíram que o grau de escolaridade contribui diretamente nos níveis de competências digitais, no conteúdo acessado e na diversidade de usos. Outro ponto levantado é o de que pessoas com baixa escolaridade podem passar até mais tempo na internet durante o seu tempo de livre, porém a utilizam para jogos online ou para trocar mensagens. (Deursen; Dijk, 2015).

Quanto a isso, é preciso destacar que atividades sociais e de entretenimento são também enriquecedoras e tendem a expandir e melhorar o capital social das pessoas. Entretanto, atividades como ler notícias, procurar informações e acessar sites governamentais para resolução de problemas, podem melhorar a qualidade de vida dos indivíduos ao garantir maior conhecimento sobre recursos disponíveis.

Quando um grupo de pessoas com mais instrução formal aproveita as diversas possibilidades da Internet, enquanto outros a utilizam apenas para jogos e comunicação, torna-se evidente a chamada lacuna de utilização, que amplifica assim as desigualdades já existentes.

Em um estudo feito com moradores de Detroit, em Michigan, Estados Unidos, Fernandez, Reisdorf e Dutton (2019) apontam que escolaridade e idade são os fatores mais fortes para o uso da internet pelo celular, impactando nas competências digitais e na diminuição de pontos de acesso à internet. Castro Junior (2018) complementa esse pensamento ao afirmar que no Brasil existe uma relação significativa entre o grau de instrução e o acesso à internet.

Para o autor, um dos principais determinantes da exclusão digital é a competência informacional que decorre da baixa escolaridade, sendo as questões de uso pautadas mais nessa competência do que em fatores tecnológicos. E ao analisar as lacunas de acesso entre os níveis de escolaridade, ele conclui corroborando com os dados apresentados anteriormente.

Portanto, no andamento futuro desta pesquisa, será conduzido uma investigação com pessoas que se encaixam no perfil proposto. Os resultados das práticas de uso da internet por parte desse grupo e consequentemente seus níveis de competência digital permitirão um aprofundamento do conhecimento sobre essa realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas das competências exigidas hoje também eram cobradas anteriormente à Internet, porém elas ganham uma importância maior ao passo de que as informações disponíveis na sociedade do conhecimento são cada vez mais vastas e necessitam de uma criticidade mais ampla, por estarem disponíveis em inúmeros formatos, fontes e qualidade.

Para tanto, existe a demanda de se conhecer profundamente as práticas relacionadas ao uso da internet por pessoas com baixa escolaridade, os níveis de competência digital e quais suas necessidades. A partir dos resultados será possível trabalhar em atividades educativas contextualizadas que buscam aumentar o desenvolvimento das habilidades digitais, minimizando um problema crescente.

Os campos tecnológico e social estão profundamente interconectados e devem ser abordados de forma equitativa para superar as barreiras da exclusão digital. Isso é essencial para melhorar as oportunidades e a qualidade de vida de todos os cidadãos, assegurando impacto tanto no nível individual quanto no desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico.

REFERÊNCIAS

- ALA-MUTKA, K.; PUNIE, Y.; REDECKER, C. Digital competence for lifelong learning. European Commission, **Joint Research Centre**, v. 48708, p. 271-282, 2008. Disponível em: [10.13140/RG.2.2.17285.78567](https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/10.13140/RG.2.2.17285.78567). Acesso em 11 ago. 2024.
- BARIK, N. Global research on digital divide during the past two decades: a bibliometric study of Web of Science indexed literature. **Global Knowledge, Memory and Communication**, v. 72, n. 1-2, 2023. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/GKMC-08-2022-0207/full/html#sec005>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 10 ago. 2024.
- CASTRO JUNIOR, O. V. de. Competência em informação e exclusão digital no Brasil. **Revista da CGU**. Brasília, v. 11, n. 18, p. 1041-1052, 2018. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44145/14/V11%2c%20n18_Competencia%20em%20informa%20a7%20a3o.pdf. Acesso em 24 set. 2024.
- DEURSEN, A. J. A. M. van; DIJK, J. A. G. M. van. Toward a Multifaceted Model of Internet Access for Understanding Digital Divides: An Empirical Investigation. **The Information Society**, v. 31, n. 5, p. 379-391, 2015. Disponível em:
- “Informação para a sociobiodiversidade: engajando pessoas, comunidades, culturas, economia e sustentabilidade”
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - 2024
-

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01972243.2015.1069770?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 24 set. 2024.

DEURSEN, A. J. A. M. van; HELSPER, E. J. The third level digital divide: Who benefits most from being online? **Communication and Information Technologies Annual**, v. 10, p. 29-53, 2015. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/S2050-206020150000010002/full/html>. Acesso em 11 ago. 2024.

DIJK, J. A. G. M. van The evolution of the digital divide: The digital divide turns to inequality of skills and usage. IN: BUS, J.; CROMPTON, M.; HILDEBRANDT, M.; METAKIDES, G. **Digital enlightenment yearbook**. Amsterdam, IOS Press, p. 57-75, 2012. Disponível em: <https://www.utwente.nl/en/bms/vandijk/news/The%20Evolution%20of%20the%20Digital%20Divide/Evolution%20of%20the%20Digital%20Divide%20Digital%20Enlightment%20Yearbook%202012.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FERNADEZ, L.; REISDORF, B. C.; DUTTON, W. H. Urban internet myths and realities: a Detroit case study. **Information, Communication & Society**, v. 23, n. 13, p. 1925–1946, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2019.1622764>. Acesso em: 24 set. 2024.

LYTHREATIS, S., SINGH, S. K., EL-KASSA, A. N. The digital divide: a review and future research agenda. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 175, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162521007903>. Acesso em 12 ago. 2024.

MOURA, L. M. F. de; LUCIANO, E. M.; PALACIOS, R. A.; WIEDENHOFT, G. C. Exclusão Digital em processos de transformação digital: uma revisão sistemática de literatura. **Gestão.org**, v. 18, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/249417>. Acesso em: 10 ago. 2024.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: pesquisa TIC Domicílios. 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2023/individuos/>. Acesso em: 11 ago. 2024

PERIN, E. D. S.; FREITAS, M. D. C. D.; COELHO, T. R. Modelo de competência docente digital: revisão bibliométrica e de literatura. **Educação em Revista**, v. 39, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469835344>. Acesso em 11 ago. 2024.

SILVA, K. K. A. D.; BEHAR, P. A. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. **Educação em Revista**, v. 35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wPS3NwLTxtKgZBmpQyNfdVg/?lang=pt#>. Acesso em 11 ago. 2024.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão digital**: a exclusão social em debate. Senac São Paulo, 1ª ed. 2006. 320p.